

A criança como barómetro social e biológico da Alta Idade Média: uma abordagem interdisciplinar à Península de Lisboa entre os séculos III e XIII

Children as a social and biological barometer of the Early Middle Ages: an interdisciplinary approach to the Lisbon Peninsula between the 3rd and 13th centuries



Sílvia Casimiro^{1,2,3,4a*}

Resumo De acordo com a UNICEF, nos países onde se regista maior instabilidade político-administrativa, observa-se uma expressiva indiferença ou invisibilidade relativamente às crianças, inscrevendo-se os índices mais baixos da sua saúde e desenvolvimento biológico. Considerando a criança como um barómetro sensível, suscetível aos efeitos do ambiente em que se desenvolve, este projecto explora as especificidades dos fluxos de instabilidade e respectivo impacto em termos sociais e biológicos na Infância, sendo esta entendida como um processo fluido, dinamizado por aspectos biológicos e socioculturais, variáveis no tempo e no espaço. Para o efeito, seleccionou-se a Península de Lisboa no período compreendido entre os séculos III e XIII,

Abstract According to UNICEF, in the countries with a major political and administrative instability, there is an expressive indifference or even “invisibility” towards children, and the lowest rates of their health and biological development are inscribed. Considering the child as a sensitive barometer, more susceptible to the effects of the environment, this project explores the specificities of instability flows and their social and biological impact on childhood - this taken as a fluid process, dynamized by biological and sociocultural parameters, variable in space and time. For this purpose, it was selected the Lisbon Peninsula area in the period between the 3rd and 13th centuries, when important historical events occur with serious implications for the population lifestyle. Using

¹ Instituto de Estudos Medievais, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Portugal.

² Laboratório de Antropologia Biológica e Osteologia Humana, Centro em Rede de Investigação em Antropologia, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Portugal.

³ EcoPast, Universidade de Santiago de Compostela, Espanha.

⁴ Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Portugal.

^aorcid.org/0000-0001-9077-2108

*Autor correspondente/Corresponding author: scasimiro@fcs.unl.pt

durante o qual ocorrem eventos históricos marcantes com implicações significativas no modo de vida das populações. Recorrendo a metodologias, sobretudo, do âmbito da arqueologia e da bioantropologia, pretende-se contribuir para o conhecimento das comunidades alto-medievais e, a par, para a identificação de práticas e políticas de intervenção a aplicar em comunidades contemporâneas.

Palavras-chave: Bioarqueologia da Infância; parâmetros bioculturais; rituais e práticas funerárias; arqueologia; arqueotanatologia; Antiguidade Tardia.

Introduction

O crescimento populacional, a migração em grande escala e deslocamentos populacionais, e as emergências de saúde pública, são algumas das conjecturas que aumentam e agravam uma multiplicidade de ameaças que as crianças enfrentam. Sendo que os requisitos para o seu desenvolvimento dito “normal” as tornam mais suscetíveis aos efeitos do stress ambiental. Os eventos ocorridos nos primeiros anos de vida têm um impacto crítico, com consequências para as funções biológica e social ao longo de toda a vida. Isto significa que uma estratégia de otimização do desenvolvimento na infância, não tem apenas benefícios imediatos, mas também cumulativos para a saúde e desenvolvimento social ao longo de muitas gerações (WHO, 2006; Mays et al., 2017; Mirembe e Moffat, 2018; UNICEF, 2018; 2020).

methodologies, mainly from the scope of archaeology and bioanthropology, it is intended to contribute to the knowledge of early-medieval communities and also, for the identification of practices and intervention policies to be applied in contemporary communities.

Keywords: Childhood bioarchaeology; biocultural parameters; funerary rituals and practices; archaeology; archaeoethanatology; Late Antiquity.

Com esta realidade como ponto de partida, e atendendo ao facto de nos países mais instáveis em termos políticos e administrativos, se observar uma certa “indiferença” relativamente às crianças e, conseqüentemente, se registarem os índices mais baixos da sua saúde e desenvolvimento biológico (UNICEF, 2018; 2020), este projecto explora as especificidades de fluxos de fatores de instabilidade e o seu impacto no desenvolvimento social e biológico das crianças que habitaram a Península de Lisboa no período compreendido entre os séculos III - compreendendo o declínio do império romano - e XIII - momento em que a rede paroquial já se encontra instalada. Pretende-se, desta forma, contribuir para o conhecimento da Alta Idade Média, preenchendo algumas das lacunas no conhecimento destas comunidades em termos biológicos e socioculturais. A par, promove-se a criação

de modelos interpretativos para implementação de práticas e políticas de intervenção com capacidade para adequar a sociedades contemporâneas.

Atendendo à infância como construção social, como um processo fluido e dinamizado por aspetos biológicos e socioculturais variáveis no tempo e no espaço, é fundamental recorrer a uma abordagem interdisciplinar, articulando metodologias histórico-arqueológicas e bioantropológicas, com teoria social. Desta forma, promove-se uma arqueologia que não é apenas sobre o passado e não se encerra em si mesma, mas como uma ciência multifacetada cada vez mais interdisciplinar, que procura compreender como as comunidades do passado reagiam e interagiam com o mundo em que viviam, recorrendo a essas evidências para explorar e antecipar desafios contemporâneos e futuros.

Enquadramento

O estudo da criança do passado, tem despertado a atenção dos investigadores na última década (Lewis, 2007; Mays et al., 2017; Carroll, 2018; Gowland e Halcrow, 2020), resultando em novas perspectivas enraizadas em abordagens interdisciplinares que permitem explorar os efeitos sociais e biológicos do *stress* socialmente induzido, e do impacto do ambiente *lato senso* no desenvolvimento das crianças e sua relação com eventuais sequelas quando adultos.

Um dos problemas mais retumbantes subjacentes ao estudo da criança em

contextos arqueológicos, consiste no recurso generalizado à Idade Biológica para determinar categorias sociais (Baxter, 2005; Halcrow e Tayles, 2008; Lewis, 2011; Gowland et al., 2014; Han et al., 2018). A Idade Biológica é aferida através da análise do desenvolvimento e processo de maturação dos vários elementos ósseos e, posteriormente, convertida numa Idade Cronológica (aproximada), recorrendo aos métodos de estimativa de idade à morte em material osteológico humano, actualmente muito profusos na bibliografia de referência (Buikstra e Ubelaker, 1994; White e Folkens, 2005; Schaefer et al., 2009; Lewis, 2011; Gowland e Halcrow, 2020). Porém, estas Idades - Biológica e Cronológica - não devem ser confundidas, sob o risco de incorrer-se em erros significativos e enviesar os resultados de toda uma investigação. Acresce que a estimativa da idade à morte, em remanescentes ósseos humanos exumados, em contextos arqueológicos é algo problemática. Por um lado, porque assenta em métodos desenvolvidos a partir de Coleções Humanas de Esqueletos Identificados, constituídas por indivíduos provenientes de populações pós-industriais, cujos dados biográficos são conhecidos (Henderson e Alves-Cardoso, 2018). Trata-se de uma limitação metodológica, uma vez que considera, por um lado, que os grupos populacionais não se modificaram ao longo do tempo, relativamente às respostas biológicas ao conjunto de pressões ambientais. Por outro lado, quase assume que o ritmo de desenvolvimento biológico

gico dos indivíduos é sempre o mesmo, tanto diacrónica como geograficamente. Adicionalmente, há que ter em consideração o paradoxo osteológico (Wood et al., 1992). Este, explora um conjunto de fatores que podem condicionar a interpretação dos dados antropológicos, tais como a demografia, a mortalidade diferencial e a heterogeneidade individual, e se a suposta relação entre a saúde e a comunidade poderá ser observada nos esqueletos. Em simultâneo, explora a possibilidade de a dimensão social e cultural da vida humana, expressa na construção social dos indivíduos enquanto membros de uma sociedade, é passível de ser averiguada no material esquelético (Sofaer, 2006; Grauer, 1995; Jurmain et al., 2012; Casimiro e Alves-Cardoso, 2020; Alves-Cardoso et al., 2021). Por estes motivos, a estimativa da idade à morte é um exercício cuja interpretação obriga a muita cautela (Casimiro e Alves-Cardoso, 2020).

A Idade Biológica reflete um processo ativo de desenvolvimento e de degenerescência óssea, influenciado por fatores intrínsecos, nomeadamente os de natureza patológica ou mesmo o sexo biológico, e fatores extrínsecos aos indivíduos, onde se destacam os fatores ambientais ou de cariz sociocultural. A Idade Social está associada a fatores socioculturais que são variáveis no tempo e no espaço. O conceito de infância, aliás, como qualquer outra fase da vida de um indivíduo, está intrinsecamente associado à organização social, às normas e aos valores de cada sociedade (Casimiro et al., 2021a).

Outra problemática que se destaca na investigação da infância consiste na sub-representação de não-adultos nos espaços funerários. A proporção relativa destes esqueletos recuperados em contexto arqueológico é muito baixa, principalmente no que se refere a crianças muito jovens, não representando os valores esperados para populações pré-industriais (Cardoso, 2004; Casimiro et al., 2016). Na Antiguidade, cerca de 1/3 das crianças que sobrevivia ao nascimento perecia nos primeiros dias de vida, ou antes de completar o primeiro ano, altura em que estariam particularmente mais vulneráveis à doença, aos cuidados deficitários, e aos múltiplos riscos decorrentes do meio em que viviam (Casimiro et al., 2016). Após o primeiro ano de vida, as hipóteses de sobrevivência aumentavam substancialmente, mas ainda assim, cerca de 1/3 desses sobreviventes perecia antes de completar os cinco anos, período em que se inclui a transição da amamentação para a introdução de leites de proveniência animal, bem como, alimentos sólidos que faziam parte da dieta familiar que, frequentemente, provocavam reações no sistema imunitário (muitas vezes) fatais, particularmente nos indivíduos mais frágeis (Kamp, 2001; Cardoso, 2004; Lewis, 2011; Mays et al., 2017).

Uma das justificações mais recorrentes para esta sub-representação na Alta Idade Média, consiste na ausência do sacramento do batismo, o requisito determinante para a inclusão numa comunidade cristã. Durante a Antiguidade

Tardia, na Península Ibérica, decorre o lento processo de cristianização de uma população enraizada numa mescla de culturas, onde as normas religiosas cristãs, para além de não se encontrarem uniformizadas, sofrem significativas variações geográficas (Tente, 2010). Esta situação surge como uma preocupação por parte da Igreja, perceptível nos cânones dos Concílios Visigóticos e Hispano-romanos (Vives, 1963), nomeadamente, através da constante repetição dos apelos à uniformização destas normas, incluindo as relativas aos rituais fúnebres, e à importância de fazer passar essa informação. Esta insistência na uniformização de regras era dirigida, sobretudo, às comunidades mais ruralizadas e menos acessíveis, onde perdurava a resistência a mudanças e onde a informação tardava a chegar (Vives, 1963; Tente, 2010; Casimiro et al., 2016).

Uma outra forma de justificar esta “invisibilidade” de não-adultos prende-se com a fragilidade do esqueleto e a sua maior sensibilidade aos fenómenos tafonómicos. É verdade que se trata de material ósseo mais sensível, que se desarticula com mais facilidade e, por isso, é mais suscetível de ser destruído, transportado ou consumido por animais, ou até de passar despercebido aos olhos dos arqueólogos, menos familiarizados com anatomia, sendo por vezes confundidos com restos faunísticos (Lewis, 2011; Casimiro et al., 2016; Mays et al., 2017). Contudo, tal como acontece com os restos ósseos de indivíduos adultos, os ossos de não-adultos podem ser bastante resis-

tentes, assim o permitam as circunstâncias e características do contexto funerário (Sofaer, 2006; Casimiro et al., 2016).

Mas se, aparentemente, a grande maioria dos indivíduos não-adultos não era sepultada nos espaços convencionais, onde eram então sepultados? Os enterramentos infantis em locais diferenciados – fora do espaço comunitário destinado à prática funerária – estão arqueologicamente documentados um pouco por todo o mundo surgindo, habitualmente, em contextos habitacionais ou espaços associados, dispersos pela paisagem e até em silos, poços e fossas. Esta realidade não é comum apenas na Alta Idade Média, é reconhecida desde a Idade do Ferro até à Época Contemporânea. Estudos etnográficos revelam que, em meados do século XX, esta prática era comum na morte de recém-nascidos e crianças muito jovens (Barandiarán, 1983; Casimiro et al., 2016). Os mesmos registos revelam uma multiplicidade de soluções funerárias dirigidas a este grupo etário que são também conhecidas na Antiguidade, sobretudo relacionadas com tradições e crenças muito particulares, como é o caso das várias formas de “exposição” aos elementos naturais, com o intuito de retorno à natureza.

No âmbito da Antropologia esta temática é extremamente importante pelas sérias implicações que encerra na reconstrução dos parâmetros paleodemográficos, uma vez que a mortalidade infantil se constitui como um dos índices demográficos mais variáveis e sensíveis

(Cardoso, 2004; Casimiro et al., 2016). Da perspectiva da paleodemografia, a identificação de indivíduos não-adultos em contextos funerários oferece informações de grande relevância, permitindo determinar se uma comunidade está em crescimento ou em regressão (Cardoso, 2004; Casimiro et al., 2016). A Arqueologia tem negligenciado esta temática, apesar da sua importância para a caracterização da estrutura social das comunidades do passado. Provavelmente porque tem dificuldade em identificar a criança como um actor socioeconómico ou, talvez, por considerar que a identificação da presença de crianças no registo arqueológico se afigure como algo complexo, pouco objectivo e menos relevante (Kamp, 2001; Casimiro et al., 2016).

Actualmente, o conhecimento sobre o Império Romano é relativamente amplo, pelo menos quando comparado com outros períodos históricos. Por esse motivo este período constitui-se como um bom ponto de partida de investigação. Contudo, as fontes escritas chegam-nos de vários pontos do vasto território que integrava o Império, mas principalmente de Itália, em forma de epitáfios, tratados médicos e filosóficos e fragmentos de correspondência privada, que elaborados sob a perspectiva de uma elite masculina e, por isso, com um carácter muito tendencioso, exigem cautela na sua interpretação. Adicionalmente, e dada a grande amplitude geográfica e o multiculturalismo característico do Império Romano, não devem ser descuradas

as características culturais de cada um dos territórios, que poderiam constituir-se como condicionantes. Mas não só a cultura poderia ser uma condicionante, as leis locais, de alguma forma, vão condicionar o pano de fundo ideológico religioso romano. Como refere Silva (2021: 27): “A mentalidade religiosa e a legislação delineiam o espaço funerário por exclusão, não por definição: os romanos não possuem cemitérios, tal como entendemos hoje a palavra. Este é o aspecto mais fulcral para se perceber a cidade dos mortos (...) a cidade dos mortos define-se na sua essência por exclusão e oposição à cidade dos vivos”. Neste sentido, a cidade pode ser definida pela identificação dos espaços funerários e de outros elementos nocivos, “Não perceber isto é não perceber o urbanismo de Felicitas Lullia Olisipo...” (Silva, 2021: 27).

Durante o século I o ritual da cremação foi o mais praticado nos espaços funerários do Império Romano. Gradualmente, a inumação começa a ganhar mais importância e, em meados do século III, torna-se no ritual funerário mais frequente. Esta mudança, muito bem espelhada nos contextos olisiponenses deve-se, principalmente, a uma influência religiosa, sobretudo relacionada com os Cultos Orientais, particularmente com o Cristianismo (Casimiro et al., 2021a; Silva et al., 2021). Mais do que uma nova forma de encarar a vida, o Cristianismo traz consigo uma nova atitude perante a morte e, conseqüentemente, a organização e forma de gerir os espaços funerários

rios também sofre alterações, começando por privilegiar-se as proximidades ou o interior de edifícios religiosos. É o que parece refletir a concentração de pequenos núcleos identificados na área em que convergem as ruas de São Nicolau e da Prata, ou o quarteirão do Corpus Christi, que abrange as ruas dos Fanqueiros, dos Douradores e da Vitória (Casimiro e Silva, 2013; Casimiro et al., 2021b; 2021c). Nestes contextos, datados dos séculos V a VII, foram identificadas sepulturas primárias e individuais de não-adultos com idades compreendidas entre os seis meses e os 14 anos, sem qualquer tipo de espólio associado. É provável que estes núcleos integrem um espaço funerário mais amplo, contudo podem também moldar contextos mais particulares cujas especificidades ainda não se revelaram (Casimiro et al., 2021b; 2021c).

Apesar da sua relevância, a Alta Idade Média está significativamente pouco estudada, particularmente na área que corresponde à Península de Lisboa. São hoje bem conhecidas as limitações à investigação a incidir nesta cronologia, independentemente da área geográfica, tais como a escassez de fontes escritas e a ausência de fosséis diretores, que torna difícil a identificação de paralelos ou de modelos comparativos (Tente, 2010). Acresce a grande variabilidade regional, que inclui (mas não se limita) a dicotomia entre espaço rural e espaço urbano (Tente e Carvalho, 2015; Casimiro, 2018). Trata-se de um período muito relevante, durante o qual a Península Ibérica é pal-

co de eventos históricos marcantes, com sérias implicações no modo de vida das populações. Durante o declínio da administração Romana, entram no território os denominados povos germânicos, entre os quais reinam as querelas, durante um longo período de instabilidade política, guerras, fomes, doenças, e episódios migratórios que resultam em precárias condições de vida da população. Com a ocupação Islâmica e subsequentes dinâmicas da conquista cristã, impõem-se novas formas de administração que, de alguma forma, se refletem na vida das comunidades (Vives, 1963; Mattoso, 1994; Tente, 2010). Estas mudanças político-administrativas, que em alguns casos tardam em revelar efeitos práticos, trazem consigo novas formas de vida, mas principalmente, novas atitudes perante a morte, espelhadas na forma como esta se manifesta e como é gerida, nomeadamente, na variabilidade de soluções, práticas e gestos funerários (Tente, 2010; Casimiro et al., 2016).

Nos últimos anos, em Portugal, assiste-se ao renovar do interesse pela arqueologia alto-medieval. Contudo o conhecimento é ainda muito fragmentário, tanto em relação às dinâmicas do território e à cultura material, como à população (Tente e Carvalho, 2015). O conhecimento sobre as comunidades alto-medievais na Península de Lisboa é muito escasso, e provém essencialmente de contextos arqueológicos identificados no âmbito da arqueologia preventiva dispersos pelo território, uns ainda não explorados e outros que carecem

de ensaios interpretativos. Nos últimos anos, com o aumento destas intervenções arqueológicas, têm sido identificados novos sítios que permitem uma leitura mais abrangente do território neste período. Contudo, estes não são fáceis de interpretar, em parte devido aos constrangimentos inerentes à prática da arqueologia em contexto urbano.

Os materiais e a abordagem multimetodológica

Até ao momento, associadas à área e cronologia em estudo, foram sinalizadas perto de 500 inumações e 90 cremações, que compõem uma amostra muito equilibrada em termos cronológicos, geográficos e de perfil dos indivíduos.

Os dados reunidos no âmbito da investigação, serão compilados numa base de dados (Child_BioArq), no sentido de articular toda a informação. Será explorada a distribuição de vestígios no território e a interrelação de diferentes espaços, sua funcionalidade e organização interna, a multiplicidade de rituais e soluções funerárias, os gestos e práticas mortuárias, a cultura material e os perfis dos indivíduos. Posteriormente, esta base de dados será disponibilizada em acesso aberto por forma a viabilizar, não apenas a sua consulta, mas também a sua contínua complementação.

A escassez de fontes escritas, como já referido, consiste numa das grandes limitações ao estudo a incidir nesta cronologia. Particularmente nos primeiros

séculos, o pouco que se conhece, a par do que acontece com fontes escritas legadas pelo Império Romano - ainda que estas sejam mais abundantes - para além de tendenciosas, limitam a construção de uma imagem abrangente da população (Tente, 2010).

Na pesquisa documental e bibliográfica, incluem-se os relatórios técnicos de trabalhos Arqueológicos e Bioantropológicos. Estes relatórios são essenciais porque, por princípio, encerram o registo das intervenções e o inventário dos materiais exumados, mas também porque poderão servir de suporte no caso de inacessibilidade de alguma coleção, a título de plano de contingência.

Importa ainda salientar a relevância das fontes etnográficas que, ainda que obrigue a alguma cautela, permite estabelecer paralelos (Barandiarán, 1983; Zeliver, 1985; Bradley, 1993; Baxter, 2005; Hockings et al., 2010; Favarato, 2018).

A representação gráfica do território - articulada com a Base de Dados - recorrendo a plataformas de sistemas de informação geográfica (SIG), permitirá compreender aspetos fundamentais da distribuição e evolução dos espaços funerários, a sua organização interna e a eventual relação com outras evidências, tais como, contextos habitacionais, edifícios religiosos e as soluções funerárias - aspetos indispensáveis para explorar as questões relacionadas com a identidade social. Acresce que as fontes arqueológicas mais abundantes, chegam-nos dos contextos funerários, por vezes bastante comple-

xos. Para além da informação aferida a partir da cultura material, estes contextos informam-nos sobre a organização social (Härke, 1997; Murphy e Le Roy, 2015) e a forma como os vivos celebravam os mortos, um processo intrincado que resulta da combinação de ideologias socioculturais, mas também de experiências individuais (Huntley, 2010). O registo arqueológico, tal como o etnográfico, tem demonstrado que entre enterramentos de não-adultos e de adultos, podem existir diferenças drásticas, nomeadamente em termos organização, mas sobretudo em relação à cultura material. Contudo, apesar da maioria dos estudos arqueológicos fazer essa distinção, não é comum que tenham em conta as diferenças entre os grupos etários, dentro do grande grupo de não-adultos, que pode incorporar todos os indivíduos que perecem com menos de 18 anos (Huntley, 2010; Murphy e Le Roy, 2015). Esta distinção é fundamental para explorar a identidade social destes indivíduos.

Dígitos e pegadas, grafitos, brinquedos e outra parafernália, têm sido identificados um pouco por todo o território (Hope, 2007; Carroll, 2018). Os biberons, em vidro ou em cerâmica, dos mais simples aos mais elaborados, facilmente passam despercebidos no conjunto artefactual. Os restos faunísticos revelam-nos outras formas de biberons, particularmente os trabalhados em corno bovino, por vezes polido. Na sua extremidade distal (mais estreita) previamente cortada, era adaptada pele de animal – parte que era introduzida na boca da criança,

conferindo-lhe conforto ao sugar o leite (Carroll, 2018; Casimiro, 2018).

Apesar de o costume se ter perdido, muito gradualmente a partir do século III, a deposição de objectos e bens alimentares nas sepulturas, independentemente do ritual, foi prática comum no Império Romano, sendo uma importante componente do ritual funerário, uma vez que se destinava a proporcionar à *anima* - alma do defunto - uma boa viagem para a eternidade, para a esfera do submundo (Vaquerizo e Garriguet, 2001; Silva e Quaresma, 2021). Contudo, e apesar de os *loci sepulchri* serem comumente muito expressivos, na prática arqueológica esta componente tão relevante do ritual funerário nem sempre é perceptível, e os bens que originalmente acompanharam o defunto, muitas vezes, já não estão presentes ou, pelo menos, já não são visíveis... A Arqueotematologia ajuda a contornar este problema. Ferramenta essencial no estudo de espaços mortuários, a Arqueotematologia desenvolveu-se em França, em contexto de escavação e pela mão do arqueólogo Henry Duday, com a designação de *Archéologie du Terrain* (Duday, 2009). O seu método multidisciplinar exige sólidos conhecimentos de anatomia humana, estratigrafia e teoria tafonómica, com o objectivo de reconstruir os rituais e os processos associados às práticas e gestos funerários a partir da análise dos restos humanos e do processo de decomposição cadavérica. Por este motivo, não é comum o recurso a esta abordagem para análise de contextos que já

foram escavados e que se encontram em depósito ou em coleções museológicas (Duday, 2009; Peyroteo-Stjerna, 2017). Contudo, e apesar de a análise destes casos ser de facto complexa, a Arqueotanatologia pode não só ser aplicada fora do contexto de escavação, como se tem revelado como um método muito eficaz para a consecução de novos dados sobre coleções em arquivo, nomeadamente no que se refere à reconstrução das práticas e dos gestos mortuários (Duday, 2009; Peyroteo-Stjerna, 2017).

Considerados como uma das principais fontes de informação sobre o passado, os remanescentes ósseos humanos recuperados em contextos arqueológicos, não só encerram o registo biológico da vida dos indivíduos, como também incorporam uma identidade sociocultural, sendo a sua análise indispensável para a reconstrução de perfis populacionais (Casimiro e Alves-Cardoso, 2020; Alves-Cardoso et al., 2021).

A análise dos perfis biológico e paleopatológico dos indivíduos não-adultos, será articulada com a dos adultos, promovendo uma visão holística dos grupos de indivíduos que, em termos comparativos (entre cronologias e sítios) permitirá transpor a visão do indivíduo, para a visão da comunidade. Adicionalmente, esta articulação irá refletir uma imagem das dinâmicas entre indivíduos que, com suporte nos métodos arqueotanatológicos, será fundamental para a leitura e compreensão dos espaços funerários, nomeadamente no que se refere à relação entre

enterramentos de indivíduos de diferentes grupos etários. Acresce que os adultos já foram crianças e alguns indicadores de stress na infância ficam registados para sempre, nomeadamente as hipoplasias lineares do esmalte dentário, consideradas como resultantes de desequilíbrios sistémicos – períodos de subnutrição ou doenças que afetam os indivíduos durante o período de desenvolvimento - infância e adolescência (Lewis, 2007).

A estimativa da idade biológica dos não-adultos considera os métodos associados ao desenvolvimento ósseo e dentário, amplamente descritos na literatura (Schaefer et al., 2009; Lewis, 2016; Gowland e Halcrow, 2020). Já a diagnose sexual em indivíduos não-adultos exige muita cautela, uma vez que a estimativa do sexo em indivíduos cuja maturidade é incipiente, incorre em sérios erros interpretativos (Cardoso e Saunders, 2008; Galdames et al., 2009; Casimiro et al., 2016; Luna et al., 2017). No caso dos indivíduos adultos, a estimativa da idade incide na observação da maturação e degenerescência biológica, enquanto que a análise morfométrica, considerada para estimar o sexo, tem por base a aplicação do cruzamento dos vários métodos, estes também amplamente descritos na bibliografia de referência (Buikstra e Ubelaker, 1994; White e Folkens, 2005).

Para aferir a componente específica da saúde e do desenvolvimento biológico, são comparados os dados relativos ao desenvolvimento dentário, que é menos suscetível a variações ambientais, com os

dados obtidos com base no desenvolvimento ósseo, particularmente o comprimento dos ossos longos e os estágios da fusão epífiseal. Explora-se a possibilidade de diferenças substanciais entre estes dois indicadores, resultarem de constrangimentos relacionados com fluxos de instabilidade político-administrativa, expressos pelas fontes histórico-arqueológicas. Adicionalmente são considerados os indicadores biológicos resultantes de episódios de stress fisiológico, tais como, a hiperostose porótica e cribra orbitalia – frequentemente associadas a anemias ou infeções – e as já referidas hipoplasias lineares do esmalte dentário, consideradas como um indicador do impacto de alterações socioeconómicas e culturais nos indivíduos (Lewis, 2016; Mays et al. 2017).

Os estudos paleoparasitológicos, a partir da análise de sedimentos associados aos esqueletos, poderão informar sobre eventuais exposições a parasitas responsáveis por patologias infecciosas. Estes estudos permitem explorar a natureza filogenética e/ou ambiental de um determinado agente patogénico, bem como, sobre as rotas de transmissão de doenças, elucidando sobre costumes e migrações humanas e espelhando as condições de vida da população, já que as patologias infecciosas são potenciadas pela elevada densidade populacional, por uma dieta deficitária ou por más condições sanitárias (Sianto e Santos, 2014; Mitchell, 2015; Lewis, 2016). Da mesma forma, as análises isotópicas permitem explorar dietas, períodos de desnutrição

e dinâmicas de amamentação. O estudo da amamentação, entendida como condicionante da saúde na infância, revela-se essencial para analisar a relação entre os fluxos de instabilidade político-administrativos e reconhecidos inibidores da lactação, tais como o stress e a restrição nutricional (Pearson et al., 2010; Shapland et al., 2015; Lewis, 2016; Gowland e Halcrow, 2020; UNICEF, 2018; 2020). Adicionalmente, estes estudos bioquímicos permitem determinar padrões de mobilidade, num período em que nas fontes históricas abundam as referências a episódios migratórios e deslocações populacionais (Tente e Carvalho, 2015; Casimiro, 2018). O processamento das amostras de isótopos estáveis será desenvolvido com base no protocolo adotado pelo Grupo de Investigação Eco-Past da Universidade de Santiago de Compostela (López-Costas e Müldner, 2016).

Na análise de dados, com recurso à base de dados, será testada a correlação entre as duas variáveis – identidade social e desenvolvimento biológico – atendendo ao objectivo do projecto, testando a sua significância no sentido de criar modelos interpretativos do impacto dos fluxos de instabilidade no desenvolvimento das crianças e o seu efeito, a longo prazo, na comunidade. Para além de explorar a dicotomia entre o espaço rural e o espaço urbano, os resultados serão confrontados com realidades identificadas noutros espaços geográficos, e noutras cronologias, nomeadamente com dados provenientes de sociedades contemporâneas.

Notas e agradecimentos

Trabalho desenvolvido no âmbito do Projeto de Doutoramento em História, especialidade em Arqueologia, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Não seria possível desenvolver este projecto de doutoramento sem uma sólida orientação científica, pelo que a autora agradece aos orientadores científicos: Catarina Tente, Francisca Alves Cardoso e Rodrigo Banha da Silva. No mesmo sentido, agradece a Olalla López-Costas pelo acolhimento no Grupo de Investigação Eco-Past - Universidade de Santiago de Compostela, para formação e para o desenvolvimento de estudos isotópicos, bem como, a Alice Toso pela colaboração também no âmbito da análise de isótopos.

Referências bibliográficas

- Alves-Cardoso, F.; Casimiro, S.; Garcia, S.; Antunes-Ferreira, N.; Granja, R.; Lourenço, M.; Duarte, C.; Gonçalves, D. 2021. Os olisiponenses. Estudo bioantropológico de uma população da Lusitânia. In: Silva, R. B. (ed.). *Para além desta vida: a memória funerária da cidade*. Lisboa Romana Felicitas Iulia Olisipo, Vol. 7. Lisboa, Caleidoscópio: 161–173.
- Barandiarán, J. M. 1981. De la población de Zugarramurdi y sus tradiciones. In: Notas sueltas. *Homenaje a Odón de Apraiz*. Diputación Foral de Álava. Consejo de Cultura, Vitoria: 59–105.
- Baxter, J. 2005. *The archaeology of childhood: children, gender and material culture*. Walnut Creek, Alta Mira Press.
- Bradley, C. 1993. Woman's power, children's labour. *Cross-Cultural Research*, 27: 70–96.
- Buikstra, J.; Ubelaker, D. H. 1994. *Standards for data collection from human skeletal remains: proceedings of a seminar at the Field Museum of Natural History organized by Jonathan Haas*. Fayetteville, Arkansas Archaeological Survey.
- Cardoso, H. 2004. Onde estão as crianças? Representatividade de esqueletos infantis em populações arqueológicas e implicações para a paleodemografia. *Antropologia Portuguesa*, 20/21: 237–266.
- Cardoso, H.; Saunders, S. 2008. Two arch criteria of the ilium for sex determination of immature skeletal remains: a test of their accuracy and an assessment of intra-and inter-observer error. *Forensic Science International*, 178(1): 24–29.
- Carroll, M. 2018. *Infancy and earliest childhood in the Roman world: 'a fragment of time'*. Oxford, Oxford University Press.
- Casimiro, S. 2018. A criança como barómetro social e biológico das comunidades do passado: arqueologia e práticas e políticas culturais. In: Casimiro, S.; Cardoso, F. (eds.). *Colóquio representações da infância: dinâmicas e transversalidades*, Lisboa, 29 Junho de 2018. Lisboa, Centro em Rede de Investigação em Antropologia e Instituto de Estudos Medievais, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.
- Casimiro, S.; Antunes-Ferreira, N.; Alves-Cardoso, F. 2021a. A infância entre a Época Romana e a Antiguidade Tardia. In: Silva, R. B. (ed.). *Para além desta vida: a memória funerária da cidade*. Lisboa Romana Felicitas Iulia Olisipo, Vol.7. Lisboa, Caleidoscópio: 174–181.
- Casimiro, S.; Manso, C.; Neto, N.; Reis, J.; Oliveira, J. M.; Alves-Cardoso, F. 2021b. Rua da

- Prata. Evidências fúnebres da Antiguidade Tardia. In: Silva, R. B. (ed.). *Para além desta vida: a memória funerária da cidade*. Lisboa Romana Felicitas Iulia Olisipo, Vol. 7. Lisboa, Caleidoscópio: 121.
- Casimiro, S.; Oliveira, J. M.; Manso, C.; Silva, R. B.; Seabra, A. 2021c. Núcleos ocidentais II. Rua São Nicolau e *Corpus Christi*: discretas evidências da Antiguidade Tardia. In: Silva, R. B. (ed.). *Para além desta vida: a memória funerária da cidade*. Lisboa Romana Felicitas Iulia Olisipo, Vol.7. Lisboa, Caleidoscópio: 120.
- Casimiro, S.; Alves-Cardoso, F. 2020. A morte no hospital real: testemunho do século XVIII. In: Alberto, E.; Teixeira, A.; Silva, R. B. (eds.). *Hospital real de Todos-os-Santos, Lisboa e a saúde*. Lisboa, Câmara Municipal Lisboa: 509–518.
- Casimiro, S.; Prata, S.; Silva, R. B. 2016. Enterramentos infantis em contextos não funerários na Alta Idade Média. In: Fontes, J. L.; Oliveira, L. F.; Tente, C.; Farelo, M.; Martins, M. G. (eds.). *Lisboa Medieval: gentes, espaços e poderes*. Lisboa, Instituto Estudos Medievais: 37–55.
- Casimiro, S.; Silva, R. B. 2013. Enterramentos infantis tardo-antigos na Rua de São Nicolau, em Lisboa (Portugal). In: Arnaud, J.; Martins, A.; Neves C. (eds.). *Arqueologia em Portugal: 150 anos. Actas do I Congresso da Associação dos Arqueólogos Portugueses, Lisboa, 20 e 24 de Novembro de 2013*. Lisboa, Biblioteca Nacional: 859–863.
- Duday, H. 2009. *The archaeology of the dead: lectures in archaeoethanatology*. Oxford, Oxbow Books.
- Favarato, C. 2018. *This child is not a person. Criança-irân: infanticide cultural practice and the challenges to human rights*. Dissertação de Mestrado em Estudos Africanos. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade de Lisboa.
- Galdames, I. S.; Matamala, D. Z.; Smith, R. 2009. Sex determination in mandibles in first year of life by quantitative approach. *International Journal of Morphology*, 27(1): 113–116.
- Gowland, R.; Halcrow, S. 2020. *The mother-infant nexus in anthropology: small beginnings, significant outcomes*. Bioarchaeology and Social Theory. Cham, Switzerland, Springer.
- Gowland, R.; Chamberlain, A.; Redfern, R. 2014. On the brink of being: re-evaluating infanticide and infant burial in Roman Britain. *Journal of Roman Archaeology*, 96: 69–88.
- Grauer, A. L. 1995. *Bodies of evidence: reconstructing history through skeletal analysis*. New York, Wiley-Liss.
- Halcrow, S.; Tayles, N. 2008. The bioarchaeological investigation of childhood and social age. *Journal of Archaeological Method and Theory*, 15: 190–215.
- Han, S.; Batsinger, T. K.; Scott, A. B. 2018. *The anthropology of the fetus: biology, culture and society*. Fertility, Reproduction and Sexuality: Social and Cultural Perspectives 37. Oxford, Berghahn Books.
- Härke H. 1997. The nature of burial data. In: Jensen, N. (ed.). *Burial and society: chronological and social analyses of archaeological burial data*. Aarhus, University Press: 19–27.
- Henderson, C. Y.; Alves-Cardoso, F. (eds.) 2018. *Identified skeletal collections: the testing ground of anthropology?* Oxford, Archaeopress Publishing Ltd.
- Hockings, K. J.; Yamakoshi, G.; Kabasawa, A.; Matsuzawa, T. 2010. Attacks on local persons by chimpanzees in Bossou, Republic of Guinea: long-term perspectives. *American Journal of Primatology*, 72: 887–896.

- Hope, V. M. 2007. *Death in ancient Rome* (sourcebook). Oxford, Routledge.
- Huntley, K. V. 2010. *Material culture approaches to the study of children and childhood in the Roman world*. Doctoral dissertation in Philosophy, Leicester University.
- Jurmain, R.; Alves-Cardoso, F.; Henderson, C.; Villote, S. 2012. Bioarchaeology's holy grail: the reconstruction of activity. In: Grauer A. L. (ed.). *Companion to paleopathology*. Malden, Wiley Blackwell: 531–552.
- Kamp, K. A. 2001. Where have all the children gone? The archaeology of childhood. *Journal of Archaeological Method and Theory*, 8(1): 1–34.
- Lewis, M. 2016. Work and the adolescent in Medieval England (AD 900-1550): the osteological evidence. *Medieval Archaeology*, 60(1): 138–171.
- Lewis, M. 2011. The osteology of infancy and childhood: misconceptions and potentials. In: Lally, M.; Moore A. (eds.). *(Re)Thinking the little ancestor: new perspectives on the archaeology of Infancy and childhood*. BAR S2271. Oxford, Archaeopress: 1–13.
- Lewis, M. 2007. *The bioarchaeology of children*. Cambridge Studies in Biological and Evolutionary Anthropology. Cambridge, University Press.
- López-Costas, O.; Müldner, G. 2016. Fringes of the empire: diet and cultural change at the Roman to post-Roman transition in NW Iberia. *American Journal of Physical Anthropology*, 161(1): 141–154.
- Luna, L.; Aranda, C.; Santos, A. L. 2017. New method for sex prediction using the human non-adult auricular surface of the ilium in the Collection of Identified Skeletons of the University of Coimbra. *International Journal of Osteoarchaeology*, 27: 898–911.
- Mattoso, J. 1994. *História de Portugal: antes de Portugal*. Vol. I. Lisboa, Editorial Estampa.
- Mays, S.; Gowland, R.; Halcrow, S.; Murphy, E. 2017. Child bioarchaeology: perspectives on the past 10 Years. *Childhood in the Past*, 10: 38–56.
- Mirembe, M.; Moffat, N. 2018. Developmental origins of health and disease: the relevance to developing nations. *International Health*, 10: 66–70.
- Mitchel, P. D. 2015. *Sanitation, latrines, and intestinal parasites in past populations*. Farnham, Ashgate.
- Murphy, E. M.; Le Roy, M. 2015. *Children, death and burial: archaeological discourses*. Oxford, Oxbow Books.
- Pearson, J.; Hedges, R.; Molleson, T.; Özbek, M. 2010. Exploring the relationship between weaning and infant mortality: an isotope case-study from Aşıklı Höyük and Çayönü Tepesi. *American Journal of Physical Anthropology*, 143(3): 448–457.
- Peyroteo-Stjerna, R. 2017. Arqueotematologia e coleções museológicas: estratégias e desafios para o estudo das práticas funerárias do passado. In: Arnaud, J. M.; Martins, A. (eds.). *Arqueologia em Portugal: estado da questão. Actas do II Congresso Associação dos Arqueólogos Portugueses, Lisboa, 22-26 de novembro de 2017*. Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses: 447–459.
- Schaefer, M.; Black, S.; Scheuer, L. 2009. *Juvenile osteology: a laboratory and field manual*. Amsterdam, Academic Press.
- Shapland, F.; Lewis, M.; Watts, R. 2015. The lives and deaths of young medieval women: The osteological evidence. *Medieval Archaeology*, 59: 272–289.
- Sianto, L.; Santos, A. L. 2014. Manual resumido

- para recolha paleoparasitológicos e de paleodietas amostras para estudos. *Cadernos GEEvH*, 3: 35–42.
- Silva, R. B. 2021. Espaços funerários: de Felicitas Iulia Olisipo a Olisipona. In: Silva, R. B. (ed.). *Para além desta vida: a memória funerária da cidade*. Lisboa Romana Felicitas Iulia Olisipo, Vol. 7. Lisboa, Câmara Municipal Lisboa: 24–31.
- Silva, R. B.; Casimiro, S.; Antunes-Ferreira, N.; Lourenço, M.; Granja, R.; Garcia, S.; Duarte, C.; Alves-Cardoso, F. 2021. Práticas e rituais funerários em Olisipo entre os séculos I-VI d.C. In: Silva, R. B. (ed.). *Para além desta vida: a memória funerária da cidade*. Lisboa Romana Felicitas Iulia Olisipo, Vol. 7. Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa: 130–139.
- Silva, R. B.; Quaresma, J. C. 2021. O mobiliário funerário. In: Silva, R. B. (ed.). *Para além desta vida: a memória funerária da cidade*. Lisboa Romana Felicitas Iulia Olisipo, Vol. 7. Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa: 182–197.
- Sofaer, J. 2006. *The body as material culture: a theoretical osteoarchaeology*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Tente, C. 2010. *Arqueologia Medieval cristã no Alto Mondego: ocupação e exploração do território nos séculos V a XI*. Dissertação de Doutoramento em História-Arqueologia, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.
- Tente, C.; Carvalho, A. F. 2015. Sepulturas e necrópoles alto medievais na investigação portuguesa: metodologias, problemáticas e perspetiva. In: Quirós Castillo, J. A. (ed.). *Identidad y etnicidad en Hispania: propuestas teóricas y cultura material en los siglos V-VIII*. Bilbao, Universidad del País Vasco: 125–144.
- United Nations Children's Fund. 2020. *Protect the progress: rise, refocus and recover: 2020 progress report on the "every woman, every child" global strategy for women's, children's and adolescents' health (2016-2030)*. [Online]. [Geneva], World Health Organization. [Consultado em 10-12-2020]. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/handle/10665/336219>.
- United Nations Children's Fund. 2018. *Progress for Every Child in the SDG Era (Progress Report)*. [Online]. [Geneva], United Nations Children's Fund. [Consultado em: 20-10-2019]. Disponível em: <https://www.unicef.org/reports/progress-every-child-sdg-era>
- Vaquerizo, D.; Garriguet, J. A. (eds.). 2001. *Funus Cordubensium: costumbres funerarias en la Córdoba romana*. Córdoba, Universidad de Córdoba.
- Vives, J. 1963. *Concilios Visigóticos e Hispano-romanos*. Barcelona-Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Instituto Enrique Flórez.
- White, T.; Folkens, P. 2005. *The human bone manual*. Amsterdam, Academic Press.
- Wood, J. W.; Milner, G. R.; Harpending, H. C.; Weiss, K. M.; Cohen, M. N.; Eisenberg, L. E.; Willin-Son, R. G. 1992. The osteological paradox: problems of inferring prehistoric health from skeletal samples. *Current Anthropology*, 33(4): 343–370.
- World Health Organization. 2006. *Promoting optimal fetal development: report of technical consultation* [online], World Health Organization [Consultado em 21-10-2020]. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/handle/10665/43409>
- Zeliver, V. A. 1985. *Pricing the priceless child: changing social value of children*. Princeton, Princeton University Press.

